

Fronteiras do Norte: ricas e vulneráveis

TABATINGA (AM) — Minério e miséria, soldado e guerrilheiro, traficante e contrabandista, aventureiro e índio, medo e projetos de segurança. Nos 9.600 quilômetros quadrados de fronteiras, do Acre ao Amapá, que o Brasil mantém com sete países na Amazônia legal há um imenso volume de problemas que o Governo federal não está conseguindo superar. O ataque guerrilheiro ao destacamento do Exército no Rio Traira, na fronteira do Amazonas com a Colômbia, revelou a principal razão que mantém a região de maiores riquezas do País vulnerável e devastada: o desaparecimento material e humano do Exército e da Polícia Federal.

O 1º Batalhão Especial de Fronteiras (BEF), ao qual está subordinado o destacamento do Traira, com 640 homens espalhados por quatro pelotões, tem a responsabilidade de guardar mais de mil quilômetros de fronteiras que o Brasil divide com a Colômbia e o Peru, quase a distância de Brasília ao Rio. Seria algo em torno de um quilômetro e meio para cada homem. A área vigiada é mais reduzida ainda porque, de cada grupo de 60 homens, apenas 40 são combatentes. Os outros são do Corpo médico ou administrativo e permanecem na retaguarda.

A situação dos pelotões é muito precária. Para chegar ao destacamento do Traira, por exemplo, os soldados precisam fazer uma dura viagem de três dias de barco e a pé, rompendo os 120 quilômetros que os separam de sua base, o Pelotão de Japurá, em Vila Bittencourt, a 380 quilômetros de Tabatinga.

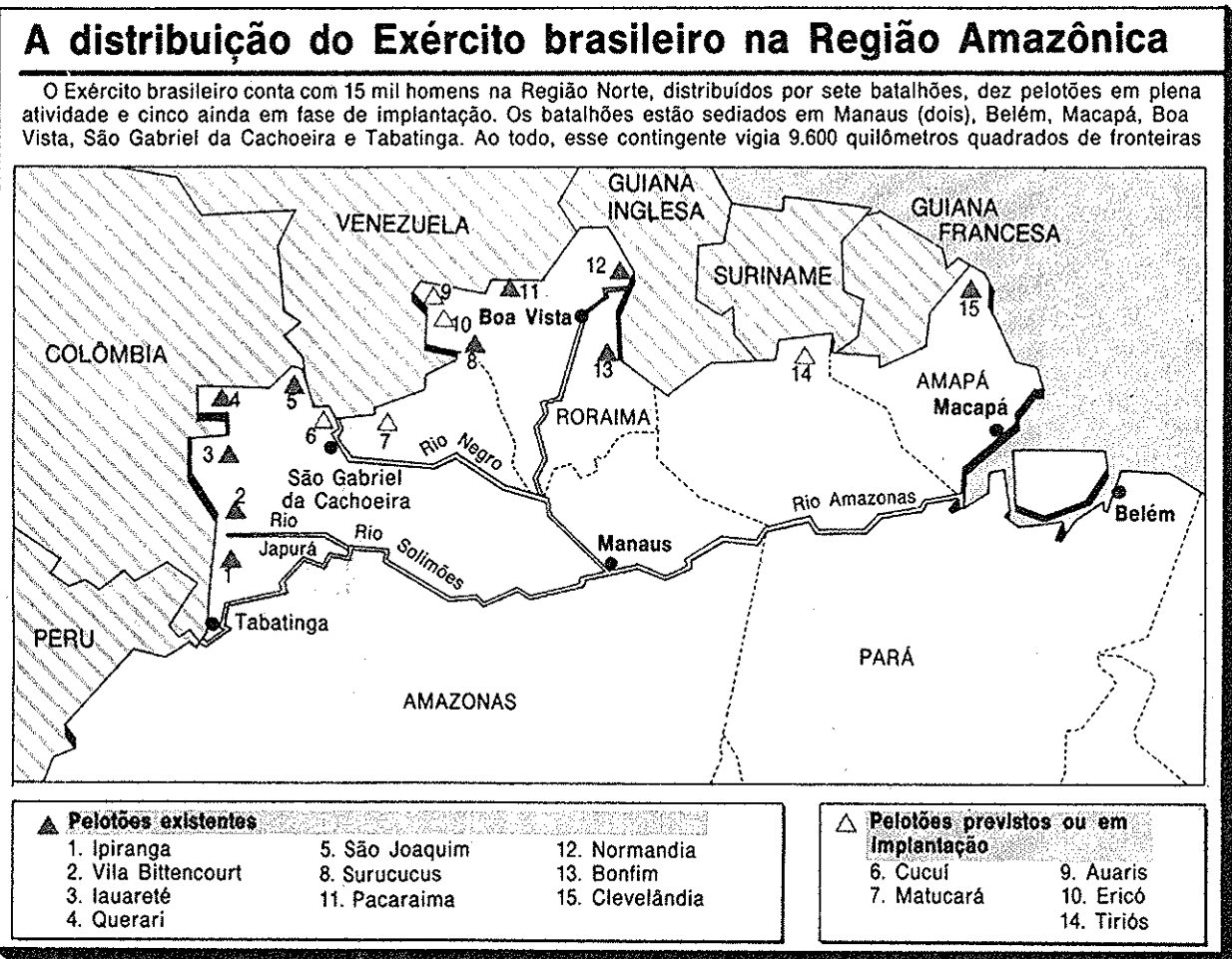
Mas não é apenas o destacamento do Rio Traira que enfrenta dificuldades. O Comandante Militar da Amazônia, General Antenor Santa Cruz, informou que o CMA, sediado em Manaus,

conta com apenas duas regiões militares: a 10ª, responsável pela parte oriental da Amazônia, em Belém (PA); e a 12ª, responsável pela Amazônia Ocidental, em Manaus. A partir dessa distribuição, o Exército mantém batalhões de fronteira em Rio Branco, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Macapá, Boa Vista e Belém.

Aos batalhões, estão subordinados os vários pelotões encarregados de guarnecer as fronteiras brasileiras. Entre estes pelotões (10, ao todo), os de Surucucus e Vila Bittencourt são os que causam mais preocupação. No Surucucus, em Roraima, onde vivem os índios ianomâmis, a Polícia Federal ainda não conseguiu retirar todos os garimpeiros da área, embora garanta faltar pouco. A polícia se queixa da falta de recursos para explodir as pistas de pouso de aviões nos garimpos, conforme determinação do Presidente Collor, e a continuada presença do homem branco faz com que os ianomâmis sejam atingidos cada vez mais pela malária: no final de fevereiro, o posto da Funai em Surucucus tinha 17 índios internados com malária e tuberculose.

A "Cabeça do Cachorro", no Amazonas, na fronteira com a Colômbia — primeira fase do Projeto Calha Norte, lançado com o objetivo de integrar a Amazônia — também é considerada uma área tensa pelo assédio dos traficantes de cocaína e garimpeiros que querem chegar aos rios ricos em ouro e outros minerais. Segundo o General Santa Cruz, a ocupação do Exército no local está praticamente concluída.

— A questão do garimpo é a mais séria. Tanto brasileiros quanto colombianos e venezuelanos invadem nossas fronteiras em busca de ouro. Além disso,



eles são ligados a traficantes de drogas e grupos de guerrilhas — ressaltou o General Santa Cruz.

Para dar um exemplo dos problemas, o General Santa Cruz mostrou ao Ministro do Exército, Carlos Tinoco, que, para chegar ao destacamento atacado no Rio Traira, os soldados que vão render o grupo que está na área precisam vencer, a pé, duas corredeiras de cerca de cinco metros cada uma. Em Tabatinga, o General Thamurgo Sotero Vaz, Chefe do Estado Maior do Comando Militar da Amazônia, en-

sinava: — Imagine os sacrifícios que temos que impor aos nossos homens. Eles sobem as cachoeiras levando nas costas três toneladas de armas, mantimentos e equipamentos.

São oito tonéis cheios por 1.600 litros de combustível, munição, armamento e alimentos, fora um barco e um motor que usam para subir no Rio Traira, que também sobem em suas costas.

No destacamento do Traira, os homens bebem água da chuva, não têm banheiro, alimentam-se

precariamente. Ali não existem camas e os 3 barracões que os abrigam têm como teto uma lona azul.

O Presidente Collor autorizou que o destacamento seja transformado no 5º Pelotão do 1º BEF, mas ainda é pouco, de acordo com o Tenente-Coronel Pamplona, chefe do destacamento.

— Como ali é uma área de combate, devia haver uma Companhia. Os pelotões têm em torno de 17 a 20 homens, enquanto as Companhias trabalham com 120 homens.

Manganês, urânio e ouro, riquezas do solo

BRASÍLIA — As áreas de fronteira desguarnecidas do Brasil na Amazônia Legal, além de grandes concentrações de ouro, são ricas em cassiterita, ferro e manganês. Em Rondônia, na Serra dos Pacaás Novos, na fronteira com a Bolívia, existem jazidas de urânio em estado puro, matéria-prima para a produção de combustível nuclear, ainda intocadas. O potencial econômico dos minérios da região, segundo o engenheiro Flávio Garcia, técnico de recursos naturais do CNPq, ainda não foi completamente dimensionado.

Grandes reservas de ouro e manganês estão espalhadas pelo Estado do Amapá. Em Roraima, na fronteira com a Venezuela, o garimpo invadiu as reservas indígenas dos ianomâmis e chegou a criar problemas territoriais com o país vizinho. Em Roraima, também há depósitos de urânio considerados estratégicos pelas Forças Armadas. A economia do Estado vive do garimpo de ouro: 25 empresas mineradoras atuam em Roraima.

Ao longo da fronteira do Pará e do Amazonas com a Guiana, a Venezuela, a Colômbia e o Peru, centenas de quilômetros de rios apresentam concentração aurífera. A produção oficial de ouro no Estado nunca foi medida formalmente, até porque o garimpo é informal e quase toda a sua produção é comercializada ilegalmente dentro e fora do Brasil. Em toda a fronteira, também existe alumínio e urânio.

— O ataque em Rio Traira vai projetar essa grande faixa de fronteira, levando o Governo a redimensionar seu potencial mineral — afirma Flávio Garcia.



O General Thamurgo queria os garimpeiros nas regiões de fronteira

Thamurgo já foi favorável ao garimpo

BRASÍLIA — No início de 1990, quando as autoridades federais se mobilizavam para desocupar o território dos Ianomâmi, em Roraima, os garimpeiros invasores contavam com um poderoso aliado: o Comando Militar da Amazônia (CMA).

O Chefe do Estado Maior do CMA, General Thamurgo Sotero Vaz, defendeu na ocasião a presença de garimpeiros brasileiros na região, segundo ele a única força capaz de proteger uma faixa de fronteira tão extensa, desguarnecida e rica.

O relacionamento das Forças Armadas com o garimpo contribuiu para o surgimento de al-

Programa Calha Norte: 'Integrar para não entregar'

O Projeto Calha Norte, hoje denominado Programa Especial Calha Norte, foi idealizado no Governo do General Figueiredo e esboçado no Conselho de Segurança Nacional a partir do lema "integrar para não entregar", que durante os Governos militares também era objetivo do Projeto Rondon.

Apoiado na construção de quartéis no Amapá, Pará, Roraima e Amazonas, ao longo dos 6.771 quilômetros de fronteira, o projeto foi concebido para ocupar a região, muito rica em minérios, e mudar o índice demográfico da área. Hoje, 1,2% da população brasileira ocupa 14% do território nacional, a extensão alcançada pelo Calha Norte.

Ainda em curso, mas em ritmo lento, o projeto pretende instalar e desenvolver núcleos populacionais ao redor das unidades militares para que, a partir da infra-estrutura dos pelotões especiais de fronteira, a Amazônia seja ocupada pelos brasileiros.

— O Calha Norte foi criado pelo Governo brasileiro com o único objetivo de povoar as fronteiras. Participamos desse esforço porque fomos designados para isso. Mas não há ne-

nhum interesse do Exército, como muitos pensam, em ocupar as fronteiras — explicou o General Antenor de Santa Cruz, Comandante do Comando Militar da Amazônia (CMA).

O Ministro do Exército, General Carlos Tinoco, acrescenta: — Os últimos acontecimentos na região do Rio Traira confirmam a importância estratégica do Projeto Calha Norte.

A conclusão do projeto estava prevista para o ano passado, mas a execução somente atingiu 50% de seus objetivos. Dos oito quartéis previstos para serem construídos até 1990, apenas quatro estão prontos. A construção do Navio Patrulha Fluvial da Marinha não pôde sequer ser iniciada. A construção de pistas de pouso para os pelotões segue o mesmo ritmo e o Ministério da Aeronáutica procura priorizar os recursos de que dispõe para continuar mantendo com regularidade as linhas de suprimento para aquela região. Esse atraso se deve à falta de repasse de recursos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), antigo

SNI, aos Ministérios ligados ao Projeto Calha Norte.

Para este ano, a comissão de obras do Comando Militar da Amazônia tem uma estimativa de gastos de Cr\$ 300 milhões. Esse dinheiro está destinado à construção de mini-usinas hidrelétricas e pistas de pouso. O Ministro Carlos Tinoco está esperando que a SAE agilize a liberação de recursos porque, até agora, apenas 7,5% do orçamento foram liberados.

Depois do ataque ao destacamento de Rio Traira, o Ministério do Exército solicitou recursos à Secretaria para a construção da sede para um pelotão que pretende deslocar para o local. Recursos também estão sendo esperados para a "Cabeça do Cachorro", uma das partes do Calha Norte mais adiantadas. Com a verba, o Exército quer concluir obras dos quartéis em São Gabriel da Cachoeira e Cucuí — um dos mais antigos pelotões do País com 50 anos de existência. Os pelotões de Iauareté, Querari, São Joaquim e Surucucus estão prontos, inclusive com pistas de pouso e infra-estrutura de apoio. O pelotão de Maturacá está em fase de implantação e o de Auaris (RR) tem sua construção prevista para este ano.

Venezuela reclama parte do Parima

BOA VISTA — O conflito entre garimpeiros brasileiros e a guarda venezuelana, ocorrido no início do ano na região do Parima, gerou uma série de discussões sobre a demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Venezuela. Na ocasião, garimpeiros que sobrevoavam a área fronteira no avião Cessna-PT D12 receberam uma rajada de tiros de fuzis tipo FAL 7,62 dos soldados venezuelanos, quando faziam um voo de aproximação. O avião acabou tendo que fazer um pouso forçado.

O piloto Iran Tabo Faria, 37 anos, disse que estava em companhia de quatro garimpeiros quando foi surpreendido pela guarda venezuelana.

— Em qualquer carta geográfica, aquela região pertence ao Brasil. A guarda da Venezuela não deixou o avião pousar. O resultado foi desastroso. Eu recebi seis balas, das quais uma ainda continua no meu corpo — diz Iran, garantindo que estava em território brasileiro.

Os garimpeiros Raimundo Nonato de Oliveira, José Maria dos Reis, Bento Saraiva Filho, que perdeu a vista esquerda, e Pereira Escobar não voltaram mais àquela região.

— Eu ainda voltei para encontrar o avião e quando cheguei ao Parima a aeronave tinha sumido — diz Iran, proprietário do aparelho.

Em três Estados, vigilância é precária

BOA VISTA — A situação das fronteiras brasileiras entre a Venezuela, Guiana e Roraima, Região Norte do País, é bem diferente da encontrada hoje em Tabatinga. Aqui não há destacamentos nas fronteiras, mas pelotões com cerca de 60 homens, entre oficiais, sargentos e soldados. O Coronel Lima Mendes, do 2º Batalhão Especial de Fronteira (BEF), disse que os quatro pelotões — ao Norte do Estado do Pacaraima (também conhecido como BV 8); a Leste, Normandia e Bonfim; e a Oeste, Surucucus — estão bem estruturados, principalmente depois que a região demonstrou seu potencial mineral, sendo invadida por garimpeiros.

Hoje, a área mais visada pelo BEF é a região do Auaris a Surucucus, que forma o Complexo do Parima, rico em ouro e diamante. O pelotão de Surucucus tem um raio de ação de 100 quilômetros. Lá existe uma base da Funai, além do pelotão, que atende os índios ianomâmis.

No Acre, a quase totalidade dos 2.183 quilômetros de fronteira com a Bolívia e o Peru está desguarnecida. O intercâmbio entre os três países é quase uma necessidade vital. O mesmo acontece com Rondônia, que faz

fronteira com a Bolívia.

Segundo a Polícia Federal, o tráfico de cocaína é o grande problema na fronteira. O tráfico pesado, admite a Polícia Federal, está concentrado entre Guajará-Mirim, em Rondônia, e Guayará-Mirim, no departamento de Beni, na Bolívia. As apreensões anuais de coca montam toneladas. No Acre, as maiores apreensões da droga, porém, estão ao Norte do Estado, em Cruzeiro do Sul, que faz fronteira com o Peru. Cruzeiro do Sul também poderia ser a porta de entrada do cólera no País.

No Amapá, dos quase mil quilômetros de fronteira do Brasil com a Guiana Francesa e com o Suriname, o Exército brasileiro mantém vigilância regular em pouco menos de 200 quilômetros, num raio que se inicia em Clevelândia, nas proximidades da cidade de Oiapoque, e segue em direção ao sul. Dali, cerca de 200 soldados da Companhia Especial de Fronteira do 3º BEF montam guarda na parte ocidental do planoalto guiano brasileiro, numa área tranquila, porém sob constante vigilância do lado francês, com patrulhamento de lanchas e aeronaves, para evitar que os trabalhadores brasileiros entrem no território.

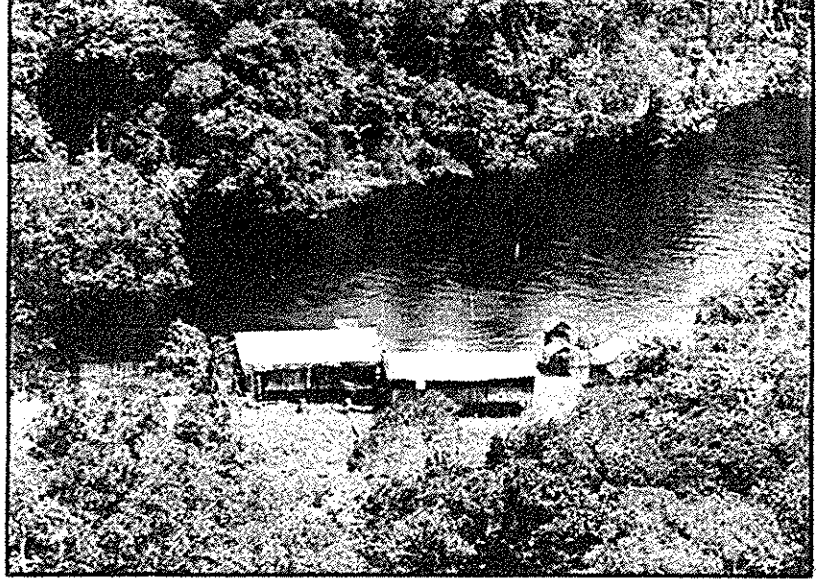
Soldados passam meses acampados no meio da selva

MANAUS, AM — O efetivo de 15 mil homens do Exército destacado para fazer a vigilância de toda a Região Amazônica, inclusive nas fronteiras do Brasil na região Norte, enfrenta uma vida difícil, passando dias e até meses em barracas armadas em clareiras abertas na selva e utilizando apenas embarcações precárias para a locomoção.

Assim como o destacamento atacado às margens do Rio Traira, que levou dois dias para receber socorro, os pelotões existentes na Amazônia costumam atuar em locais onde as condições de sobrevivência são as mais precárias possíveis. É o caso, por exemplo, de Normandia, em Roraima, que não dispõe de meios para rápido deslocamento em casos emergenciais.

A população civil que se forma em torno dos pelotões, promovendo o povoamento da região, como prevê o projeto Calha Norte, é carente, e quase sempre apresenta problema de saúde. Na cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, está o maior índice de lepra do País. Em outros locais, a malária e a desnutrição são os principais problemas, como é o caso entre os ianomâmis.

— Somente no ano passado morreram na Região Norte mais



O destacamento do Rio Traira fica a três dias do povoado mais próximo

de 40 mil pessoas de doenças tropicais — frisou o Presidente da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, José Machado.

O Exército, além de cuidar da fronteira, presta assistência as populações que se aglutinam em torno de seus pelotões. Em Tabatinga, apenas 10% do total de pacientes atendidos no hospital local são militares.

A maioria dos homens do Exército nas regiões de fronteiras é composta por soldados, cabos e sargentos com idade entre 18 e 26 anos. Destacados para servir nestes locais, a maioria passa cerca de dois anos nos pelotões. Alguns quando voltam reclamam da falta de estrutura para o trabalho e das condições precárias de vida ao longo dos 9.600 quilômetros de fronteira

DPF poderá fechar delegacias na região

BRASÍLIA — As delegacias e núcleos da Polícia Federal nas fronteiras da Região Norte podem ser fechadas. Um grupo de delegados da cúpula do DPF defende o fechamento destes postos, considerados deficientes no controle da entrada de estrangeiros no País. Para cobrir milhares de quilômetros de fronteiras com sete países, há apenas sete delegacias, com número reduzido de pessoal.

A idéia desses delegados é manter apenas as superintendências e divisões localizadas nas Capitais dos Estados. Eles argumentam que não há número suficiente de policiais e muito menos condições de trabalho para eles. Se um carro quebra, por exemplo, a espera da verba para consertos demora semanas e, em alguns casos, meses. Os núcleos no Interior só funcionam quando há algum problema local.

Reportagem de ANA CATARINA, CARLOS MAGNO, EDSON LUIZ, JOAO ALBERTO FERREIRA, JOSÉ P. TUPYNAMBA, LUCIA TORIBIO, KATIA BRASIL, MARCIO RAPOSO e MÔNICA PRADO.